



Diversidade na unidade: a prática musical católica no Brasil durante os pontificados de João Paulo II e Bento XVI

MODALIDADE: COMUNICAÇÃO

Fernando Lacerda Simões Duarte
Instituto de Artes, UNESP – lacerda.lacerda@yahoo.com.br

Resumo: Neste trabalho, buscou-se compreender as razões pelas quais houve um aumento da diversidade na música litúrgica católica durante os pontificados de João Paulo II e Bento XVI. Os dados obtidos em pesquisa bibliográfica e documental foram analisados a partir do referencial sistêmico de Luhmann e de memória e identidade, de Candau. Os resultados apontam para o reflexo, na prática musical, da diversificação das manifestações religiosas no interior do catolicismo, associada ao declínio de identidades fortes e das grandes memórias organizadoras.

Palavras-chave: Música litúrgica – Igreja Católica. Memória, identidade e música. Novos movimentos eclesiais. Teologia da Libertação. Música e diversidade.

Diversity in Unity: Catholic Practice of Music in Brazil during the Pontificates of John Paul II and Benedict XVI

Abstract: In this paper, we sought to understand the reasons why an increase in diversity happened in catholic liturgical music during the pontificates of John Paul II and Benedict XVI. Data from literature and documents were analyzed from the systemic framework by Luhmann and from the approach of memory and identity, by Candau. The results point out to the reflection, in musical practice, of the diversification of religious expressions inside Catholicism, associated with the decline of strong identities and great organizer memories.

Keywords: Liturgical music – Catholic Church. Memory, identity and music. New ecclesial movements. Theology of Liberation. Music and diversity.

Introdução

Se por um lado a prática musical no catolicismo não foi totalmente uniforme antes do Concílio Vaticano II, ao menos era possível identificar-lhe os gêneros principais. O *estilo antigo* representava, por exemplo, no século XVIII e parte do XIX, uma sonoridade especificamente eclesiástica e dissociada, portanto, da música sinfônica ou da ópera associada. Ainda que o catolicismo popular revelasse modelos musicais próprios, no interior dos templos, era possível observar modelos de música ritual.

No início do século XX, as determinações do *Motu proprio* “*Tra le Sollecitudini*” de Pio X procuraram estabelecer um modelo de música litúrgica que concretizasse as aspirações do Cecilianismo, movimento que buscava a restauração da música sacra, então “corrompida” pela ópera. Recorrendo ao que Candau (2011) chamou de grandes memórias organizadoras, o Pio X, a partir de um discurso de identidade e alteridade, procurava para separar “joio” e “trigo”: as memórias da igreja e do teatro não se cruzariam. Para isto, o pontífice romano buscou na mitificação das origens os modelos para a música eclesiástica



“autêntica”: resgatou o atemporal cantochão e a pureza da polifonia de Palestrina, que, mais do que um modelo técnico, passaria a inspirar ideologicamente os compositores de parte do século XX (DUARTE, 2012). As composições polifônicas produzidas a partir de então – chamadas restauristas – seriam marcadas por melodias que remetiam ao cantochão por meio de sua construção diatônica ou por citações literais, e pela simples sustentação do canto pelo órgão, que raramente realizaria acompanhamentos figurados. Esta identidade forte da música sacra se ouvia, por exemplo, nas obras dos italianos Lorenzo Perosi e Pagella, e, no Brasil, dos freis Pedro Sinzig e Basílio Röwer, bem como do maestro Furio Franceschini.

Com o Concílio Vaticano II (1962-1965), houve grande abertura da liturgia ao que se chamava a “índole de cada povo particular”. Se esta abertura já havia sido enunciada por Pio XII, na Encíclica “*Mediator Dei*”, de 1947, com o Concílio, ela se oficializou. Segundo Amstalden (2001: 190), na década de 1960, a sonoridade das composições religiosas era ainda semelhante à dos compositores restauristas. Na década posterior, entretanto, as composições romperam com esse referencial, passando a ter como características comuns a harmonia “dada por cifras, usando um número menor de acordes”, melodias com “motivos mais curtos” que privilegiavam registros vocais graves e incorporavam “um número maior de figuras pontuadas e sincopadas”, revelando ritmos brasileiros. Com relação à temática das letras, Amstalden percebeu maior variedade, “indo de salmos e paráfrases de textos latinos a retóricas libertárias”. Assim, a dimensão política passou a integrar os cantos pastorais, tornando-se, nas décadas de 1970 a 1990, um elemento de identidade da música litúrgica católica, tal qual o emprego dos ritmos regionais em sua construção e o acompanhamento de violão e instrumentos de percussão. Na década de 1990 se percebe, entretanto, uma gradativa mudança nas características dos cantos de uso litúrgico. A hegemonia do regionalismo e do engajamento político das letras passou a ser contestada por uma dimensão menos comunitária, mais voltada para a experiência pessoal do fiel com Deus. Tratava-se da ascensão da Renovação Carismática Católica (RCC).

Dois fatores foram decisivos nessa mudança: o refluxo dos movimentos sociais em geral, concomitante à crise que enfraqueceu a militância política de esquerda após a desintegração do bloco dos países socialistas a partir de 1989, e o crescimento das outras religiões no mundo inteiro, com destaque para o pentecostalismo na América Latina e o islamismo em outras partes do globo. No Brasil, a explosão de igrejas evangélicas nos anos de 1980 chamou a atenção da cúpula católica, antes voltada para as questões sociais e políticas (SOUZA, 2005: 21).

Além das letras mais intimistas, a prática musical associada à RCC assimilou características do gênero *pop* urbano, inclusive com seus próprios astros, os padres cantores.



Se a alteridade do gênero musical religioso em relação ao secular já havia sido posta de lado com a assimilação de características da música popular regional – baião, maxixe, samba e outros –, a RCC apenas mudou o gênero temporal com o qual se relacionaria, mantendo-se, entretanto, o que o sociólogo Niklas Luhmann chamou de *abertura cognitiva*, ou seja, a aceitação, por um sistema social, dos estímulos provenientes de seu entorno, ainda que tal aceitação implique mudanças em sua estrutura (identidade). Na via contrária, o *fechamento normativo* à ópera por parte dos restauristas implicava a construção de identidades fortes, que segundo o Joël Candau, tem como base as memórias organizadoras.

[...] é um tecido memorial coletivo que vai alimentar o sentimento de identidade. Quando esse ato de memória [...] dispõe de balizas sólidas, aparecem as memórias organizadoras, poderosas, fortes, por vezes monolíticas, que vão reforçar a crença de uma origem ou uma história comum ao grupo. Quando há uma diluição desses marcos, confusão de objetivos e opacidade de projetos, as memórias organizadoras não chegam a emergir ou permanecem fracas, esparsas: nesse caso a ilusão do compartilhamento se esvanece [...]. No primeiro caso, as memórias se mostram seguras delas mesmas, fortes, inabaláveis e compactas; no segundo, observam-se identidades inquietas, frágeis, fragmentadas (CANDAU, 2011: 77-78).

Com o gradativo esfacelamento das memórias organizadoras, passa a haver, por um lado, mais espaço para a liberdade do indivíduo em face dos grandes movimentos, mas por outro, menor organização da realidade no tocante às estruturas. Essa liberdade de escolha do indivíduo se confirma na música religiosa católica: se antes eram raras as igrejas onde se ouvia o repertório não-hegemônico, a partir do pontificado de João Paulo II e, sobretudo, no de Bento XVI, houve um considerável aumento da diversidade na prática musical. Passou-se a ouvir liturgicamente a polifonia de Palestrina, em uma igreja e em outra próxima, quando não, na mesma igreja, cantos pastorais politicamente engajados; em uma terceira, ou num terceiro horário de missa, cantos religiosos de compositores restauristas juntamente com cânticos do Hinário litúrgico da CNBB e, numa quarta, as canções do padre Marcelo Rossi. Há ainda a possibilidade de se misturarem numa mesma celebração, graças à memória coletiva local ou do gosto dos responsáveis pelos cantos, duas ou mais categorias.

Este trabalho traz como problemática a compreensão, no contexto religioso geral, da intensificação da diversidade na prática musical católica nos pontificados de João Paulo II e Bento XVI. Para tanto, foi realizada pesquisa bibliográfica e documental que privilegiou, mais do que aspectos musicais, a diversidade intra-religiosa como um todo. Para interpretar os dados, recorreu-se à já enunciada teoria social de Niklas Luhmann, bem como à associação entre as grandes memórias organizadoras e as retóricas holistas de identidade, abordadas pelo antropólogo social Joël Candau.



O trabalho foi organizado a partir de uma visão geral das autocompreensões do catolicismo antes e após o Concílio Vaticano II, que possibilitou uma breve análise dos pontificados de João Paulo II e Bento XVI. Na segunda parte, foi abordada a diversidade no catolicismo praticado no Brasil. Finalmente, se buscou elementos identitários que permitem reconhecer as manifestações observadas como católicas e diferenciá-las de outras religiões.

1. Do Ultramontanismo monolítico à pluralidade no Concílio

Desde a separação oficial entre o poder temporal e religioso em grande parte dos países da Europa e da América – ocorrida na segunda metade do século XIX – passou a reinar na Igreja uma autocompreensão conhecida como Ultramontanismo (DUARTE, 2012). Dois aspectos marcavam fundamentalmente esta visão: a transcendência da religião em relação às questões temporais e a unidade do catolicismo. Ao eleger Roma como modelo para as porções da Igreja espalhadas ao redor do mundo, características locais ou nacionais não poderiam sobressair à unidade. Segundo Gaeta (1997), no sonho unitário ultramontano

[...] não se configuravam as incompatibilidades e as alteridades identitárias. Na busca do uno, diante do múltiplo social, manifestava-se a intransigência ante o plural, confrontando-se, na verdade, com o próprio lugar da história que é, por excelência, o lugar da divisão e dos choques de valores. De maneira análoga à sociedade das abelhas, afastava-se a diversidade [...].

Como foi dito antes, já no pontificado de Pio XII, esta perspectiva eurocentrista sofreu alterações, quando a Igreja passou a reconhecer a pluralidade de culturas (período chamado de *aggiornamento*). O documento da Cúria Romana que mais bem ilustra esta *abertura cognitiva* à diversidade foi a Encíclica “*Mediator Dei*” sobre a liturgia, de 1947. Na música, a proposta de maior adaptação da liturgia à índole de cada povo passava pelo estímulo ao canto religioso popular, escrito em vernáculo e de fácil assimilação pelos fiéis.

A Igreja Católica, provavelmente sob o impacto desse processo de descolonização dos países africanos e asiáticos, acompanha o mesmo movimento. Já nos anos 50 começou a sublinhar a importância da “adaptação” do cristianismo aos valores das outras culturas. Com o Concílio Vaticano II, porém, tornou-se evidente o fato de que parte do clero provinha de culturas não-europeias e a noção de adaptação o cedeu lugar à afirmação da igualdade entre as culturas (MONTERO, 1992: 93).

A diversidade seria oficializada pelo Concílio Vaticano II, que

[...] ao incorporar um sentido mais antropológico de cultura – a cultura como fundamento do homem e como expressão dos modos de pensar e agir dos povos – [...] acata, como fato inelutável, a diversidade cultural. “O documento aceita o



pluralismo de formas de conceber a religião, a moral e a lei, abrindo mão de priorizar uma cultura em detrimento das outras. De acordo com essa nova visão, todas as culturas se equivalem. [...] (MONTERO, 1992: 92-83).

Como pensar a identidade da instituição em face da diversidade intra e inter-religiosa? Este foi um desafio para o pontificado de João Paulo II. A solução encontrada parece ter sido preservada e ampliada, à sua maneira, por Bento XVI: diversidade na unidade.

Ao viajar a seu país Natal, o pontífice polonês teria afirmado que “o livro da memória jamais perde sua atualidade” e foi na memória coletiva europeia que procurou uma identidade dos povos deste continente indissociável do cristianismo. Mais do que o conceito secular de nação, João Paulo II se ocupava do povo e, claro, do povo católico. Enquanto isto, as conferências episcopais nacionais perderam parte de seu destaque, com a propositura de um “cristianismo de raiz local”, centrado na paróquia. Juntamente com o enfraquecimento de órgãos como a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, a repressão à Teologia da Libertação – que trazia para o seio do catolicismo o pensamento marxista e o engajamento em questões sociais – no pontificado de Wojtyła revelou o conservadorismo, que possibilitaria comparações com o pensamento ultramontano (CONTIERO, 2006). Nota-se, entretanto, que se a unidade era uma meta do pontificado de João Paulo II, seu método diferia do encontrado por seus antecessores ultramontanos: ao invés de “a” Igreja “em” cada povo, privilegiou-se a igreja “de” cada povo. Neste sentido, para congregar os católicos de ritos orientais, proclamou São Cirilo e São Metódio co-patronos da Europa.

O pontificado de Bento XVI seguiu de certo modo os passos de João Paulo II no que diz respeito à busca pela unidade. Apesar de mais rígido em questões litúrgicas, ao propor uma interpretação do Concílio Vaticano II como continuidade de um fluxo linear (DUARTE, 2013), o pontífice alemão procurou reatar com os católicos que não aceitaram as mudanças na liturgia e na autocompreensão da Igreja após o concílio.

2. A diversidade intra-religiosa no Brasil

Se, no Brasil, o Catolicismo foi declarado durante séculos religião oficial, esta religião abrigava, entretanto, desde a colonização, uma diversidade interna que beirava a pluralidade. Segundo Riolando Azzi (apud WERNET, 1987: 17),

Na história religiosa do Brasil estão presentes duas formas básicas de catolicismo: o catolicismo tradicional e o catolicismo renovado. Entre as principais características do catolicismo tradicional podemos indicar as seguintes: é luso-brasileiro, leigo, medieval, social e familiar. O catolicismo renovado, por sua vez, apresenta as seguintes características: é romano, clerical, tridentino, individual e sacramental.



As manifestações do catolicismo tradicional foram alvo dos clérigos alinhados às autocompreensões iluminista e ultramontana, a ponto de, nas manifestações de cunho mais popular (congos, reisados etc.), estes últimos terem apelado para a repressão com o uso de força policial (GAETA, 1997). Associado à memória coletiva da população, o catolicismo tradicional popular sobreviveria e passaria a ser aceito pela hierarquia da Igreja no Brasil, décadas após, como solução na luta contra o crescimento de outras religiões, sobretudo do neopentecostalismo evangélico. Nesta luta travada durante o Pontificado de João Paulo II, também ganhou espaço a Renovação Carismática Católica.

Em meados da década de 1990, cresceu a adesão à proposta de uma liturgia mais alegre, de linguagem mais simples e, portanto, mais facilmente compreendida pelas camadas populares. [...]

Práticas mágicas, de grande penetração na população brasileira, tais como romarias, novenas e bênçãos foram revalorizadas por clérigos, como forma de reavivamento da igreja. [...]

A Renovação Carismática Católica é sem dúvida o movimento eleito pela igreja como trunfo para reavivar o catolicismo no Brasil. Este movimento tem sido efetivamente abraçado como projeto principal em muitas dioceses do país. Antes, nas décadas de 1970 e 1980, a Renovação enfrentava resistências do clero conservador e clericalista, bem como da ala progressista, afinada com a Teologia da Libertação (SOUZA, 2005: 29-31).

Assim, percebe-se, no *modus operandi* católico, no Brasil, duas *aberturas cognitivas*: a primeira se deu a partir do resgate da memória de manifestações do catolicismo que chegaram a ser consideradas um conjunto de superstições por parte do clero progressista, após o concílio, e a segunda, por meio da aceitação dos estímulos provenientes do movimento pentecostal protestante. Além destas duas formas de se externar sua fé pessoal, o fiel poderia encontrar ainda, em pequenos “guetos” onde não chegou a repressão conservadora, celebrações alinhadas à Teologia da Libertação, ou ainda as “missas afro”, além de grupos conservadores com forte apelo à tradição do catolicismo hierarquizado e tridentino.

Na última categoria se encontram os *Arautos do Evangelho*, grupo dissidente da Sociedade Brasileira de Defesa da Tradição, Família e Propriedade (TFP) cujas práticas remetem ao catolicismo medieval. Seus “cavaleiros do novo milênio” vestem-se com hábitos, botas e com um escapulário que traz uma cruz de Santiago. O grupo tem tido, desde o reconhecimento pontifício por João Paulo II, notório crescimento, tanto no Brasil, quanto em outros países, sobretudo europeus. Suas práticas musicais são marcadas por intensa atividade coral – que executa liturgicamente obras polifônicas de Palestrina e outros contrapontistas –, além de uma grande banda sinfônica. Finalmente, a Fraternidade Sacerdotal São Pio X ou



lefebvristas completam a diversidade intra-religiosa. Apesar de não terem oficialmente reatado com Roma, o grupo dissidente se mostra neste caminho, sobretudo a partir da permissão dada por Bento XVI para que qualquer padre celebre a missa pelo rito tridentino sem a necessidade de consentimento especial do Ordinário.

3. Unidade na diversidade

Numa época em que as grandes memórias organizadoras se esvaziam de sentido, o catolicismo monolítico ultramontano não seria capaz de abrigar a multiplicidade de visões de mundo dos fiéis. Deste modo, a aceitação da pluralidade se revela como um fenômeno totalmente atual. Para garantir, entretanto, a unidade e abrigar todas as vertentes no mesmo sistema religioso, são necessários elementos que permitam às memórias individuais dos católicos abrirem-se umas às outras.

O Sínodo Extraordinário dos Bispos realizado em 1985 – em comemoração e reflexão sobre os vinte anos do Concílio Vaticano II – realçou que a Igreja efetivamente se encontrava diante de uma crise que só poderia ser superada pelo reforço do centralismo. Também primou pela admissão de uma política inclusiva e valorativa de elementos regionais nas Igrejas locais, que tornou mais expressiva a convivência de grupos heterogêneos e até mesmo antagônicos em uma instituição que, sofrendo com a perda crescente de influência, poder e fiéis, implementou uma estratégia de manutenção e ampliação de seu público através da “tolerância” às inúmeras organizações religiosas e/ou leigas surgidas no pós-guerra, ressaltando a “variedade e a pluriformidade na unidade” [...] Assim, optou-se pela legitimação de uma pluralidade de formas religiosas nas quais o mínimo de reconhecimento identitário relacionava-se com a aceitação do núcleo dogmático das chamadas “devoções brancas”: infalibilidade papal, Imaculada Assunção de Maria e transubstanciação eucarística (ZANOTTO, 2011: 294-295).

As chamadas devoções brancas não diferem, enquanto elementos garantidores de unidade, daqueles em quais estava centrado o Ultramontanismo. Note-se, aliás, que as proclamações da infalibilidade papal (1870) e da Imaculada Conceição de Maria foram fatores determinantes em seu desencadeamento. A diferença entre o Ultramontanismo e os pontificados de João Paulo II e Bento XVI reside, portanto, não nos elementos identitários e, portanto, de alteridade em relação às outras crenças, mas na aceitação à diversidade interna.

Considerações finais

Diante do exposto, pode-se afirmar que a diversidade que marcou as práticas musicais na Igreja Católica durante os pontificados de João Paulo II e Bento XVI apenas reflete a aceitação da pluralidade de manifestações do catolicismo, solução encontrada para que a instituição acolhesse em seus templos o maior número de fiéis. Na via contrária, ante o



esfacelamento das grandes memórias organizadoras e das identidades fortes, o católico passou a escolher a manifestação que melhor se adequasse à sua visão de mundo e seus gostos, inclusive no tocante à música. Como elemento garantidor de pertinência da retórica holista a partir da qual se classifica todas as manifestações musicais como católicas, a temática das letras dos cantos pastorais se associam às chamadas devoções brancas, que garantem, no catolicismo como um todo, diversidade na unidade.

Referências:

AMSTALDEN, Júlio César Ferraz. *A música na liturgia católica urbana no Brasil após o Concílio Ecumênico Vaticano II (1962-1965)*. 2001. Dissertação (Mestrado em Artes) – Instituto de Artes, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”.

CANDAU, Joël. *Memória e identidade*. São Paulo: Contexto, 2011.

CONTIERO, T. T. João Paulo II e a Teologia da Libertação: volta à Grande Disciplina?. *Ensaio de História*, Franca, v.11, p.187-194, 2006. Disponível em: <<http://www.dhi.uem.br/gtreligiao/pdf/st11/Contiero,%20Tiago%20Tadeu.pdf>> . Acesso em 30 abr. 2010.

DUARTE, Fernando Lacerda Simões. *Música e ultramontanismo: possíveis significados para as opções composicionais nas missas de Furio Franceschini*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012.

_____. Reinterpretando o Concílio Vaticano II: impactos da Hermenêutica da Continuidade na música litúrgica católica do presente. *Revista Música Hodie*, Goiânia, v.13, n.2, p.52-66, 2013.

GAETA, Maria Aparecida Junqueira Veiga. A Cultura clerical e a folia popular: Estudo sobre o catolicismo brasileiro nos finais do século XIX e início do Século XX. *Revista Brasileira de História*. v.17. n.34. São Paulo, 1997. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01881997000200010>. Acesso em 29 abr. 2010.

MONTERO, Paula. Tradição e modernidade: João Paulo II e o problema da cultura. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. Rio de Janeiro, Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Ciências Sociais, n.20, a.7, out, 1992. p.90-112.

SOUZA, André Ricardo de. *Igreja In Concert: Padres Cantores, Mídia e Marketing*. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2005.

WERNET, Augustin. *A Igreja Paulista no Século XIX: A reforma de D. Antônio Joaquim de Melo (1851-1861)*. São Paulo: Ática, 1987. Coleção Ensaio – 120.

ZANOTTO, Gizele. Os arautos do evangelho no espectro católico contemporâneo. *Revista Brasileira de História das Religiões*. ANPUH, Ano IV, n. 10, p.279-298, mai. 2011. Disponível em <<http://www.dhi.uem.br/gtreligiao/index.html>>. Acesso em 15 out. 2013.